ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N°06, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1993

Aos nove dias do mês de março, do ano de mil novecentos e noventa e três, as dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente, o Poder Legislativo, em sua sede, sob a Presidência do Vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes vereadores: Carlos Henrique Scheffer, Mauro Moacir Diefenbach, João Adelmo Welter, Francisco Exner, Agenor Eloir Schmidt, José Führ, Arlindo Vogel e Renato José Schneider. O Sr. Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior. Feito isto, foi a mesma colocada em discussão, sendo aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: Do Poder Executivo o ofício de n°69/Gab/93, encaminhando o Projeto de Lei que concede reajuste salarial, aos servidores municipais, e dá outras providências. Do Deputado Darci Pompeo de Mattos, desejando pleno êxito aos vereadores, e solicitando que seja enviada ao mesmo em relação dos vereadores eleitos pelo PDT para a atual Legislatura, acompanhada das datas de aniversário dos mesmos. Da AJUPAM, colocando seus serviços a disposição dos vereadores. Da Assembleia Legislativa o Diário da Assembléia.

ORDEM DO DIA: Foi indicado um relator para o único Projeto de Lei que entrou, o qual possui o seguinte enunciado: Concede reajuste salarial aos servidores municipais, e dá outras providências. Sendo o relator nomeado, o vereador João Adelmo Welter. Foram também colocados em primeira votação os seguinte Projetos: Projeto de Lei n°27/93, que da nova redação ao artigo 2°, da Lei Municipal n°24, de 15 de fevereiro de 1993. O relator do Projeto vereador Agenor Eloir Schmidt se manifestou favorável ao mesmo. O Vereador Arlindo Vogel comentou que, quando apresentou a emenda suprimindo o terno comerciais, não estava contra o Projeto e sim estava preocupado em não prejudicar ninguém. Sendo em seguida o Projeto aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n°28/93, que autoriza o Poder Executivo a alterar, no exercício de 1993, o mês de competência para a arrecadação do IPTU no município de Presidente Lucena. O relator do Projeto, vereador Carlos Henrique Scheffer se pronunciou favorável ao referido. O vereador Arlindo Vogel disse que tinha dúvidas, quanto a, de quem seria cobrado esse imposto e qual seria o valor. O vereador José Führ disse que conversou com o Prefeito a respeito do Projeto, e explicou ao vereador Arlindo que só seria cobrado o imposto daqueles, cujos lotes não estavam mais registrados no INCRA. O vereador Arlindo Vogel ainda perguntou em que zona eles seriam incluídos, sendo comentado que provavelmente seria na zona um (1), já que todos estão na zona urbana do Município. O Presidente disse que só se estava votando o adiamento da data para cobrança do imposto ainda com a vantagem do desconto de vinte porcento (20%). Pois que a Prefeitura até no momento não estava preparada para a impressão dos carnes e para efetuar os cálculos, já que parte do serviço teria que ser feito via computador e que o mesmo ainda não estava em operação. O vereador Mauro Moacir Diefenbach fez a observação de que no Projeto não constavam valores. O Presidente disse que, certamente, quando existissem, seriam enviados a Câmara para serem aprovados. O Vereador Mauro, ainda comentou que, no ano passado pagou um baixo valor de IPTU. E que certamente a Prefeitura não iria cobra um valor absurdo. Também comentou que era totalmente a favor de que fosse cobrado o imposto dos proprietários, dos terrenos, os quais, não estavam mais registrados no INCRA. O vereador Francisco Exner disse que ainda havia a segunda (2°) votação e que até lá poderia-se fazer um estudo mais aprofundado do Projeto. O vereador Arlindo Vogel se absteve de votar, sendo o Projeto aprovado por sete (7) votos, pois os demais vereadores estavam a favor do referido. O Presidente solicitou ao Secretário da Mesa que lesse o Projeto de Resolução apresentado pela Mesa Diretora, que cria o cargo de Assessor Legislativo. Comentando também, o Presidente, que a emenda apresentada pelo vereador Francisco Exner era ilegal. Sendo reafirmado pelo próprio vereador Francisco Exner, que disse ter se informado melhor e que soube que só cabia ao Executivo alterar a Lei. O Presidente comunicou que, mesmo sendo aprovado esse Projeto de Resolução, o Secretário das Reuniões, não receberia retroativo a janeiro e fevereiro. O vereador Mauro M. Diefenbach perguntou se a Prefeitura em seu orçamento não havia destinado uma verba para a Câmara. O Presidente explicando, disse que sim, só que o cargo teria que ter sido criado em janeiro. O Presidente ainda sugeriu que para o Secretário não ficar sem remuneração referente aos meses de janeiro e fevereiro, que os vereadores chegassem a um acordo e que pagassem de seus bolsos o valor correspondente a remuneração do mencionado, para os dois meses. O vereador Mauro M. Diefenbach perguntou se pela Lei o Secretário não iria receber nada referente aos meses de janeiro e fevereiro. O Presidente disse que não iria receber nada. Perguntou ainda, o vereador, quem era o culpado disso. O Presidente disse que certamente eram todos os vereadores, por não ter sido criado o cargo antes. Mas o vereador Mauro M. Diefenbach disse que não achava que todos os vereadores eram culpados, mas sim o vereador Arlindo Vogel, por ter se oposto, se recusando a dar parecer do Projeto que criava o cargo de Escriturário da Câmara, fazendo com que dessa maneira o Projeto não entrasse em votação. O vereador Arlindo Vogel se defendeu dizendo, que aquilo que fez estava correto, pois que o Projeto criando o cargo de Escriturário da Câmara havia sido enviado pelo Executivo e que isso era ilegal. Pois que só cabia ao Legislativo criar o cargo para funcionário da Câmara. E se tinha um culpado era o Presidente, por não ter apresentado antes um Projeto criando o cargo. O vereador Arlindo Vogel ainda perguntou ao Presidente, daonde a Mesa havia obtido o modelo de Projeto para a elaboração desse que estava sendo apresentado. O Presidente explicou que se entrou em contato com o DPM de Porto Alegre e que eles enviaram um modelo. Colocado em votação o Projeto de Resolução criando o cargo de Assessor Legislativo, foi o mesmo aprovado por unanimidade. O Presidente ainda perguntou aos vereadores se eles estariam dispostos a ajudar a pagar o salário do Secretário, referente aos meses de janeiro e fevereiro. Os vereadores Carlos H. Scheffer e Mauro M. Diefenbach disseram que não iriam ajudar, pois que já haviam distribuído o valor recebido em fevereiro e que não iriam tirar do próprio bolso para pagar o salário do Secretário. O vereador Francisco Exner apresentou um cálculo, pelo qual ficava estipulado o valor para cada vereador pagar, se no caso todos fossem colaborar. Considerando o salário de janeiro e fevereiro daria para cada vereador o equivalente a Cz$ 500.000,00. O vereador Renato J. Schneider disse que são falhas que acontecem, mas que o vereador Arlindo Vogel deveria ter sido claro no inicio do ano, quando havia dito que a Mesa Diretora teria que colocar em votação na Câmara um Projeto de Resolução criando o cargo. O Vereador Arlindo Vogel disse que mais claro não poderia ter sido, só que não foi dado atenção ao que ele falara. O vereador Mauro M. Diefenbach ainda comentou que na última Reunião de janeiro o vereador Arlindo Vogel havia dito que a questão do salário do Secretário poderia esperar. O vereador Arlindo disse que havia dito que do jeito que estavam andando as coisas o Secretário iria ficar sem receber. Pois que o Projeto enviado pelo Executivo era ilegal e desse jeito não iria receber remuneração. Disse ainda que, o Secretário até havia ficado chateado com ele, mas que não era contra o referido receber remuneração, bem ao contrário. Após as discussões, o Presidente disse que eram sete (7) os vereadores que estavam dispostos a pagar a remuneração do Secretário, referente aos meses de janeiro e fevereiro e que o valor então seria de Cz$ 650.000,00. Já que os vereador Mauro M. Diefenbach e Carlos H. Scheffer não iriam colaborar. O Presidente concluiu então dizendo que finalmente estava terminada essa novela.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS: O vereador Arlindo Vogel aproveitou a oportunidade para pedir que fosse enviada correspondência ao Executivo solicitando: boletim da Receita e Despesa referente ao mês de fevereiro; que a antiga rua Presidente Lucena que passa na frente da escola Municipal Governador Roberto Silveira seja toda ela patrolada. Pediu também que fosse enviada correspondência ao Executivo perguntando se o operador da Motoniveladora estava empregado definitivamente ou se seria aberto concurso para prover o cargo. Pediu ainda que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras para que esse libere um zelador durante os dias 10, 11 e 12 de março para fechar os buracos na estrada que interliga Presidente Lucena e Picada Schneider. Pediu também que fosse enviada correspondência ao Gerente Regional da CEEE, solicitando melhorias na rede de Energia Elétrica na localidade de Picada Schneider. O Vereador Mauro M. Diefenbach também pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo solicitando: o nome das localidade onde havia sido trabalhado com o trator de Esteria e com a Retroescavadeira, no período de 20 de março a 31 de dezembro de 1992; o boletim da Receita e Despesa do Município referente aos meses de janeiro e fevereiro do presente ano. O vereador José Führ aproveitando o momento pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo solicitando o boletim da Receita e Despesa do Município referente aos meses de janeiro e fevereiro do presente ano. O vereador Agenor Eloir Schmidt também aproveitou a ocasião para pedir cópia do Projeto de Lei n°07/93. O presidente ainda comunicou que quarta-feira dia dez (10) de março não iria ter a reunião com o Governador, pois que o mesmo adiara a reunião para data a ser comunicada. E reforçando o convite para o vereador Francisco Exner ir a Igrejinha, sendo que o mesmo disse que iria. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia dezessete (17) de março, no mesmo local e horário. E, para constar Cesar Alberto Karling, Secretário da presente Reunião, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada, será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.